

4B - BADIO
16 PÁGS
Entrevista com Badiou (Julho 1994)

Célio Garcia e Maria Helena B. Ratton

"Lógica da vida" contra lógica da política

Quero dizer que meu pensamento sobre a política não é o resultado de uma especulação lógica ou uma simples consequência da filosofia, mas o resultado de uns vinte ou vinte e cinco anos de atividade militante. Por conseguinte, acho inadequado que se possa invocar contra minhas posições a "lógica da vida". O problema que discutimos não diz respeito à lógica da vida, mas, sim, à existência de uma lógica da política. A política está assentada sobre um certo número de princípios, assim podemos falar de axiomas de uma política de emancipação; a política como toda forma de pensamento deve estar submetida a uma forma de coerência, de consistência, tudo isso podendo ser chamado a lógica da política. Estou convencido de que é necessário renovar, transformar a lógica da política com relação ao que foi o modelo anterior aqui denominado uma simples lógica dialética, isto é, uma lógica da contradição, contradição de classe, contradição entre as massas e o Estado, contradição no seio do povo como dizia Mao Tsé-Tung. Será que este sistema hoje constitui ou não uma lógica suficiente para uma política de emancipação? Tal é a verdadeira questão, que é uma questão para o militante.

Abstencionismo

Quero dizer que não sou abstencionista. Que vem a ser um abstencionista? Alguém que, estando de acordo com os valores parlamentaristas, alguém que, não admitindo outra política senão esta, por tal ou qual razão não sendo os candidatos de seu agrado, ou, ainda, alguém que, não tendo convicção ou sendo apolítico, se abstém de participar do processo eleitoral. No sentido estrito, o abstencionismo nunca foi uma política, trata-se, é certo, de uma ausência de política, falta de política, e terá que ser compreendido no interior do sistema representativo

parlamentar. Não sou abstencionista de nenhuma forma; minha posição é a de que a política não encontra necessariamente em seu caminho a questão do voto. Os lugares onde a política está efetivamente em jogo não são os lugares onde a eleição se processa necessariamente. Trata-se de uma outra questão, a qual não se reduz em saber se nos abstermos ou não de participar em eleições. A rigor, importa pouco se o povo vota ou não, porém não faremos campanha para que as pessoas votem ou não. O ponto que importa é que nesta atividade particular, sendo o voto uma questão sabidamente subordinada à questão do governo e do Estado, mesmo assim ainda haja por ocasião do voto uma ponta de verdade que diga respeito à política de emancipação tal como a defino. Evidentemente, o abstencionismo não é uma orientação, nem tampouco uma política; o verdadeiro problema estará definido nos seguintes termos: consideramos ou não a atividade eleitoral, sua organização estatal e constitucional como um lugar da política? Em nenhuma hipótese, deve-se confundir minha posição com a questão que consiste em saber se temos que votar ou abstermo-nos.

Eleição equivale à adaptação à ordem?

Que a participação em eleições seja uma forma inevitável de adaptação à ordem indica a verdadeira natureza da discussão. Em que medida uma política de emancipação, que é necessariamente uma política de ruptura com a ordem estabelecida, pode ser uma adaptação a esta ordem? A questão que em todo movimento socialista revolucionário foi discutida - os socialistas devem ou não participar do governo - era a questão do *ministerialismo*. Os socialistas devem ou não participar das eleições? Caso participem, com que objetivo o fariam? Será a título de propaganda e de agitação ou será a eleição um momento da luta pelo poder? A questão de saber se participação nas eleições seria uma forma de inscrição na ordem das coisas é um velho debate. Na realidade, temos condições de propor um balanço: onde e quando a participação em eleições, ou mesmo o

sucesso nas eleições, foram capazes de provocar uma ruptura significativa com relação à ordem estabelecida?

Poderíamos também indagar: nas eleições quem se adapta a quem? Será o revolucionário ou militante de uma política de emancipação que se adapta à ordem? Ou será a ordem que se adapta às novas forças políticas? Na França temos uma longa experiência de participação em eleições. Tivemos durante períodos bastante longos governos de esquerda, temos neste momento um Presidente da República que é afiliado ao Partido Socialista. Longe de influir sobre a natureza da ordem estabelecida, foi o inverso que aconteceu, a saber, normas próprias dessa ordem estabelecida passaram a se impor aos partidos políticos através da figura do governo e da participação nas eleições. Necessário se faz não subestimar o poder da ordem estabelecida e do laço constituído pelas eleições. As eleições são um momento de organização da ordem, que, afinal de contas, é ordem do Estado; quem delas participa não é jamais inocente. Se tivéssemos resultados positivos ao longo do século em se tratando da participação nas eleições por parte das forças progressistas ou emancipadoras, nós já o saberíamos. Como não temos notícia desses resultados positivos, já é tempo de nos interrogarmos se se trata de um caminho praticável e pertinente.

A representatividade

É impossível construir formas de participação democrática a partir do conceito de representação. De imediato, vamos nos interrogar sobre o conceito de representação - que significa representar?

Se considerarmos que a política é diretamente o efeito da existência de classes, poderíamos dizer que a representação é representação de classe. Era assim que se apresentavam os partidos comunistas; eles apresentavam-se como os partidos que encarnavam, manifestavam a existência política da classe operária. Quem hoje acreditaria em semelhante proposta representativa? Esta concepção, um

partido como órgão representativo de classe, fracassou inteiramente no sentido de criar formas de participação democrática. Em todos os lugares onde se tentou relançar a participação democrática, eventualmente sob uma outra forma, fez-se necessário abandonar o conceito de representação; assim conhecemos o que foi chamado "democracia direta", "democracia de massas", "democracia de assembléia". Finalmente ficamos sabendo que a atividade política *autoriza-se de si mesma* e só. A atividade política não terá que buscar garantia para ser uma atividade representativa por uma razão essencial: as coletividades, os conjuntos a serem representados são na atualidade manifestamente inconsistentes.

Não podemos hoje falar de classe como se esta fosse uma totalidade consistente, não podemos falar de um povo como se ele fosse uma realidade consistente, todas as realidades coletivas estão cindidas, todas elas são dominadas por princípios de excesso, princípios de vazio, princípios de resto, assim a idéia de representação é uma idéia inconsistente. Por conseguinte, a invenção moderna da democracia é uma invenção que não passa pelo conceito de representação; de um lado o que terá que ser representado é inconsistente, de outro lado, a idéia de representação, no nosso século o demonstra, é uma idéia de usurpação.

Um sujeito infinito e sua carência?

A questão da relação política x infinito é uma verdadeira questão, mesmo se ela possa parecer de início de cunho filosófico. Uma boa parte dos fracassos do período anterior vem do fato de que acreditávamos que a política tinha a ver com o finito e só a ele. Num primeiro momento, porque reduzíamos a complexidade das situações políticas a uma contradição simples e essa contradição simples ou esse sistema de classe e de alianças de classes era a matriz finita de toda situação política possível; num outro momento, porque pensávamos que buscávamos objetivos a serem atingidos num tempo determinado, tempo recortado como *tempo da revolução, tempo da transição, finalmente tempo do comunismo.*

Tanto do lado das situações, quanto do lado do tempo, tínhamos uma posição frente ao processo que consistia em colocá-lo sob a lei ou sob o jugo de um certo tipo de finitude. Aqui também temos condições de apresentar um balanço de tudo isso e encarar as coisas sob um outro ponto de vista.

Primeiramente, as situações são essencialmente infinitas; sendo assim, teremos que nos dar conta de que uma política aborda tão somente alguns pontos da situação, ela jamais pode pretender tratar a situação inteira. A situação inteira em sua infinitude singular excede sempre os recursos do processo político. Necessário se faz dizer, como Lenine, que a *situação vai ser apreendida graças a vários fios condutores* e não sob a idéia de uma mutação integral da situação inteira. Existem lugares políticos, existem meios políticos, existem singularidades políticas; não existem mutações globais já que são infinitas as situações para as quais a política seria o agente.

E segundo lugar, temos que abandonar a idéia de que a política possa atingir em períodos finitos de tempo um ideal social por ela representado na realidade; a política que trata de situações infinitas é ela mesmo uma tarefa infinita, a infinitude dessa tarefa devendo estar incluída e mencionada em seus enunciados. Não há ponto ideal ao final do qual, numa espécie de coroamento e conclusão, a mutação social de uma sociedade pudesse apresentar-se como completa. Não há princípio de completude já que a política existe por seqüências, as quais, em situações infinitas, mobilizam de maneira radical um certo número de pontos. Esgotada uma seqüência, o que se abre, então, é a possibilidade de apreensão, de tratamento de outros pontos em situações infinitas inteiramente renovadas. Quanto ao sujeito político, que se constitui no próprio processo político, já que não há sujeito político preexistente, nem potencialidade política que fosse dada de antemão, quanto ao sujeito político, é ele essencialmente finito. Não será do lado do sujeito que encontraremos o infinito político; nem tampouco sua carência

ou sua falta encontra aqui guarida. A infinitude das situações e a infinitude dos processos, isto é, finalmente as verdades, dão a medida do caráter finito do sujeito político. Dizer que o caráter finito do sujeito político é evidente significa igualmente dizer que a política tem uma existência permanente e estável, mas sequencial e aleatória.

Seqüência, tempo histórico, leis da história

A teoria ou o pensamento do tempo político atestam uma ruptura com uma concepção neo-hegeliana do tempo da história. Não há um tempo homogêneo através do qual se desdobraria a política no tempo da sua historicidade. Cada seqüência política possui um tempo singular; há heteronomia dos tempos e esses tempos comportam princípios de retroação, de compasso, de "indecidibilidade", de fechamento, de abertura, etc. A dialética do tempo é extremamente complexa, já que ela deve ser reedificada a cada momento da singularidade; não há um tempo geral da política, nem um tempo geral da história. Meu enunciado sobre a história será que, na realidade, a história não existe. Precisamente, porque não é possível conceber a história sem uma teoria unificada do tempo; ora, não penso que possa existir uma teoria unificada do tempo. Cada seqüência política singular prescreve uma temporalidade singular para a qual os processos não são jamais lineares, nem são da ordem da sucessão, do avanço ou do progresso, mas mobilizam operadores complicados, em particular a relação de retroação e antecipação.

Sociedade de classes

Vivemos numa sociedade de classes, disso estou convencido. O marxismo como princípio analítico, isto é, como disciplina de investigação científica das sociedades, nada perdeu quanto ao seu valor. Nada veio substituí-lo, aliás. O problema não reside, portanto, em sabermos se vivemos ou não numa sociedade de classes. O problema é saber exatamente qual a relação entre a objetividade de

classe de uma sociedade e a subjetividade política. Dois modelos apresentam-se: um primeiro modelo consiste em dizer que a subjetividade política é na realidade a interiorização da objetividade de classe. Trata-se, como sabemos, do esquema da passagem da classe "em si" para a classe "para si", que faz do partido político ao mesmo tempo um órgão de representação e de reflexão da identidade de classe. Este modelo está inteiramente ultrapassado. Não digo que faltou a este modelo grandeza, força, poder, mas ele está saturado, esgotado. Os últimos acontecimentos e sobressaltos dos Estados socialistas sobreviventes manifestam o caráter ultrapassado dessa figura. A subjetividade política não se constitui, não pode constituir-se, sob o modo da interiorização, ou ainda, sob o modo da relação entre o objetivo e o subjetivo.

O subjetivo sendo concebido como a reflexão da materialidade do objetivo corresponde a uma filosofia do reflexo, ou seja, uma filosofia do conhecimento do tipo "reflexo". O problema será agora inteiramente recolocado, o que leva à análise objetiva da economia e da sociedade; assim, a questão da política será inteiramente reaberta. Do fato de que temos uma sociedade de classes nada se tira no que diz respeito à subjetividade política. Para daí tirar alguma coisa, teríamos que restaurar o modelo do partido de classe como representação e reflexão da identidade de classe, exatamente o que está fracassado. Por conseguinte, vivemos numa sociedade de classe, mas temos que reconhecer que isso nada nos indica no que diz respeito às tarefas da política. Por conseguinte, temos que partir de uma outra figura, isto é, o caráter de classe de uma sociedade seria o elemento geral a partir do qual se coloca a questão da política, mas os caminhos que dizem respeito a uma política de emancipação são irreduzíveis, intransitivos, em se tratando do caráter de classe da dita sociedade. Naturalmente, uma organização política, um processo político tomarão posição sobre um certo número de pontos, os quais, eles sim, certamente apresentam uma

natureza de classe. No entanto, entre tomar posição politicamente sobre uma série de aspectos de classe da sociedade e imaginar que teríamos a chave do processo político, por ser a sociedade sabidamente uma sociedade de classe, há uma certa distância. Estou convencido do caráter irredutível da política com relação à infra-estrutura econômico-social. Não é possível representarmo-nos a política como uma superestrutura que nos remetesse em termos de subjetividade ao caráter cientificamente analisável da infra-estrutura econômico-social. Para mim, somos remetidos a outra ordem de questões: de quais acontecimentos significativos depende a Política? Qual o princípio de agenciamento interno graças ao qual ela encontra sentido quanto a sua própria prática? Como se deixa ela pensar a partir dela mesmo, e não a partir da análise científica da sociedade? Eis as questões que são as nossas e que não estão em contradição com o fato de que nossa sociedade seja uma sociedade de classe.

Autonomismo da base? Equipes autônomas?

Na minha opinião, para colocar ordem nas questões de organização, temos que partir dos processos em pauta, já que é impossível pensar de maneira formal as questões de organização. A idéia de que haveria máximas formais quanto à organização era ligada a uma idéia que promove a idéia de representação. Qual era o princípio? O princípio era saber como a representação era organizada a fim de que a organização fosse representativa da classe; quando se passava para o interior da organização, a questão era saber como haveria fidelidade a essa representação da classe a partir do interior mesmo do aparelho organizado. Donde um dispositivo complexo que comportava organizações de massa, elas mesmas intermediárias entre a representação imediata e a mediação quando sindicatos; em seguida, unidades de base, as quais politizavam a partir do interior essas associações intermediárias que eram as organizações de massa; finalmente, um sistema hierárquico que concentrava pouco a pouco a representação para

alcançar uma forma de unidade que em última análise era uma pessoa. A única garantia por detrás do "um" é a unidade pessoal. Não conhecemos outra. Em última instância, havia um só dirigente. E, nesse modelo, penso que há, necessariamente, de modo ilegítimo, um só dirigente, já que ele é o único momento em que, por uma espécie de convergência, de mediações sucessivas, o "um" permanece visível e preservado nessa pessoa irreduzível do "um", que é o sujeito individual. A tudo isso se dava o nome de "centralismo democrático", o que queria dizer agenciamento organizacional das categorias através da representação, modo próprio pela qual, graças a degraus sucessivos, a representação circula atingindo o emblema do "um" que é o dirigente supremo. É um modelo que tinha uma profunda coerência, e funcionou durante um longo tempo; por vezes criticado, ele sempre resistia, já que uma crítica formal não chegava a ser amplamente formulada. Esta crítica sempre fracassava, pois, se partirmos da idéia de representação de base, se a assumirmos, será esta solução que se apresenta como a mais pertinente. Se abandonarmos a idéia de representação, as questões vão apresentar-se de maneira bem diferente, pois o princípio organizacional não será mais o princípio da representação. Ele não é mais destinado a assumir a representação de um coletivo dado no interior de um aparelho organizacional. Diria que nem ele é encarregado de articular o múltiplo e o um. A idéia de representação em política é solidária da forma em que se articulam o "múltiplo" e o "um", visando justamente a uma articulação representativa. O "um" deve concentrar e representar as virtudes do "múltiplo". O múltiplo serão os operários, o coletivo dos operários, os sindicatos, as equipes de base, as associações; pode-se discutir sobre a autonomia que cabe a cada uma deles; em última instância, eles estão encarregados de expressar o múltiplo; a figura da centralização encarnada na figura do dirigente será encarregada de

mostrar como essa expressividade do "múltiplo" pode receber de maneira representativa o selo do "um".

Se sairmos da lógica da representação, que teremos que assumir? Teremos que assumir que inexistente o "um"; não há o "um" no sentido em que ele seria a articulação representativa ou expressiva do "múltiplo". Por outro lado, não há "múltiplo" no sentido em que ele acaba de ser evocado, isto é, o "múltiplo" quase substancial da classe e de suas organizações elementares. O que há, exclusivamente, são processos políticos. Um processo político conhece um certo número de condições bastante exigentes. Um processo político será sempre um processo localizado, um processo que se manifesta num lugar. A questão do lugar é uma questão bastante complexa. Pode ser uma fábrica, pode ser, em outras circunstâncias, um país ou eventualmente um movimento; os lugares são qualitativamente diferenciados. Para que haja processo político, necessário se faz que haja um lugar; necessário se faz que em relação a este lugar haja uma prescrição política minimamente organizada e que ela se torne manifesta por meio de enunciados. Chamaremos *processo político* a maneira como um certo número de enunciados, coletivamente organizados, se tornam ativos num determinado lugar e se manifestam nesse lugar, geralmente em oposição à maneira como outras políticas agem graças a outros enunciados no mesmo lugar e lhe dão um outro sentido. Partimos daí: há política na medida em que existam lugares políticos no sentido acima mencionado. A partir daí, o problema não será um problema de um "múltiplo" e de "um"; o problema é de saber em que medida processos políticos compõem uma política, em outras palavras, trata-se de um problema de enunciados. Uma política se manifesta em seus enunciados, não conheço outra definição.

A questão vem a ser: que enunciado, de início localizado num lugar, pode ser tido como enunciado de uma política, e não somente como do processo político do

lugar em pauta? Em seguida, examinaremos a questão "como esses enunciados são levados, transmitidos"; a questão da organização será em poucas palavras uma questão de "transporte", transmissão desses enunciados enquanto enunciados de uma política. Eles são levados num primeiro nível enquanto solidários ou resultantes de um processo político, marcados pela aderência a um lugar; em seguida, "transmitidos", quando possível, quando eles podem assumir estatuto de enunciados políticos, enquanto enunciados de uma política. A maneira como são eles transmitidos como enunciados de uma política é inteiramente dependente da questão de saber de quais enunciados estão em pauta. Na medida em que vemos sobressair enunciados políticos possuindo uma ou outra significação, o princípio de transmissão será diferente. Um exemplo concreto, na situação que é a nossa na França é que, chegamos a considerar que alguns enunciados designam a fábrica como lugar político, assim como outros designam o país como lugar político. No primeiro caso, teremos enunciados que se referem à figura do operário na política; no segundo caso, temos a relação política / Estado, a maneira como o país se encontra adstrito à maneira de existência do Estado. Há duas famílias de processo político; são elas que suportam e transmitem os enunciados de uma política. Trata-se de uma fórmula particular, e não de uma fórmula geral. O que é geral será dito: não há outro "um" senão o "um" de uma política, e os princípios de organização são inteiramente ligados à maneira pela qual se distribuem os enunciados. Se em nossa prática política há "comissões de gente de lugares diferentes" ("des gens de partout") e "núcleos de operários", será por que no estado atual das coisas há essa dupla família de enunciados políticos. Isso é o resultado de vinte e cinco anos de política na França, não uma máxima universal; uma máxima universal seria dizer que os princípios de organização, não contando eles com a garantia de serem representativos, não serão a articulação do "um" e do "múltiplo". A questão é saber como fazer para que os

enunciados sejam transmitidos da melhor maneira possível como enunciados de uma política.

A forma partido, que é uma dialética resultante das equipes de base/hierarquia intermediária/dirigentes visíveis não será uma dialética considerada oportuna, nem adaptada à concepção que é a nossa, já que ela estaria comprometida com a categoria de representação. O princípio organizacional será modificado ou susceptível de modificação segundo o estado das coisas em termos de processo localizado e tipo de enunciado.

"Cercos ao Estado" sem participação em eleições está fadado ao fracasso?

Talvez não saibamos, veremos; o que sabemos é que a idéia de "cerco ao Estado" com participação em eleições fracassou. Não cabe dizer, neste caso, que estava *fadada ao fracasso*, mas ela constantemente levou ao fracasso. Já o sabemos. Nada há de surpreendente, já que a participação em eleições jamais organizou nem propiciou "cerco ao Estado". Participação em eleições, sabemos o que ela significa. Ela equivale a uma colocação do sistema organizado das forças políticas sob a égide do Estado. Não podemos subestimar o Estado; a participação em eleições, alcançar o poder graças a eleições, podem ser objetivos aceitáveis. De fato, o Estado repousa sobre uma figura de consenso poderoso; será essa figura consensual, obscura quanto ao sistema de prescrições políticas verdadeiras, que impõe a lei às forças que na legalidade constitucional chegam a ocupar posições do Estado. Podemos sempre dizer que se trata de uma etapa, em seguida haverá o entusiasmo de massa, mobilização de massa, etc. Pessoalmente não creio neste esquema, nem vejo que ele tenha conhecido a menor significação, nem a mínima realidade. Em geral, passa-se um tempo de entusiasmo popular, tal como este por nós, parisienses, conhecido na Praça da Bastille pelos gritos de "ganhamos" ...mas, ganhamos o quê? Vimos logo em seguida, talvez ...o que tínhamos perdido! Uma vez passada essa fase, nada persiste. Há, isto sim, a necessidade

que se impõe consensualmente e conflituosamente urgente de gerir os negócios do Estado. A gestão dos negócios do Estado termina por tornar ausente, distante, a prescrição política; as forças políticas encontram-se sem condição de prescreverem ao Estado as máximas que lhes fossem próprias. Assinalo que temos, pelo menos, mesmo que tenha sido de curta duração, um exemplo de "cerco ao Estado" sem participação em eleições, é o exemplo do "Solidariedade" na Polônia. Uma mobilização intrínseca, uma estruturação independente da sociedade civil, sem nenhuma espécie de participação em nível do Estado - aliás não se tratava de eleições-, produziram realmente "um cerco ao Estado". Faço alusão a termos empregados por aqueles que ocupavam o Estado; eles mesmos que ocupavam o Estado foram obrigados a dar um "golpe de Estado" na tentativa de romper o cerco, a tal ponto eles estavam "cercados". Aliás, a experiência mostra, esse cerco não foi rompido; isso não quer dizer que a situação na Polônia seja excelente. Sabemos que ela se parlamentarizou, se normalizou; na realidade, ela é bastante reacionária. O que interessa em política são as seqüências. Houve uma seqüência que considero bem sucedida em se tratando de "cerco ao Estado"; lembro a vocês que na época os Estados em questão (os países do Leste europeu) eram apresentados como monstros em termos de Estado particularmente totalitários e repressivos. Considerar a idéia de um "cerco ao Estado" graças a um processo político independente de toda participação em nível do Estado como impossível vai contra os fatos. Eis por que ela foi desmentida. Enquanto a idéia inversa, a saber, que vamos realmente investir contra o Estado e cercá-lo graças a pressões políticas inovadoras, participando em eleições ou vindo a ser deputado, ministro ou presidente, nada trouxe de positivo. Considerar que as estratégias políticas que se estabelecem em outros lugares que não o voto conduzem à marginalização política ou ao isolamento são aqui amplamente contraditadas pelos exemplos citados. Haveria outros exemplos. Qualquer que tenha sido seu

destino, o movimento conhecido aqui na França entre 68 e 75/76 foi uma seqüência de uma riqueza política extraordinária, onde tivemos uma tensão e uma mobilização políticas consideráveis, inovações ideológicas importantes; sabemos que este movimento desprezava fundamentalmente as eleições. Este movimento não se reduziu à marginalidade política, mas foi um considerável movimento de massa, muito mais durável do que poderíamos esperar, já que vários anos depois ainda estávamos presos às conseqüências, aos efeitos, aos pensamentos marcados por esse acontecimento, nada tendo a ver, finalmente, com o processo eleitoral.

Por outro lado, direi que ser conduzido à renegação ou à corrupção é sempre pior que ser levado a marginalização e ao isolamento. Quanto a mim, não desejo a marginalização nem o isolamento, mas, francamente, prefiro ser marginal ou isolado a estar na posição do Partido Socialista francês hoje. O poder de corrupção do Estado é grande. Não falo unicamente da corrupção em termos de dinheiro, que pode ser real, falo da corrupção subjetiva. A corrupção subjetiva em virtude de implicação na gestão dos negócios do Estado é extraordinária; há momentos na história em que vale mais arriscar encontrar-se na marginalização que arriscar a ser corrompido.

Idéias generosas de emancipação em confronto desigual com forças do mundo burguês

Tento colocar questões a fim de saber "em que condições uma política de emancipação é possível, no momento atual"; trata-se de uma posição de militante, de um pensamento de militante, de nenhum modo uma questão ideológica. Em vez de ser uma ideologia generosa e global, considero que a política só existe em processos localizados extraordinariamente precisos e singulares. Diria que a política hoje existe raramente; será a partir desse pouco e raro que temos que trabalhar, não a partir de uma representação imaginária,

global ou totalizante, a respeito da emancipação. O apelo político de emancipação se opõe à tradição conservadora ou política de estabilização do Estado, tudo isso bem longe das idéias generosas.

A questão de saber a partir de que momento uma luta é desigual é interessante. Qual seria a norma para estabelecer o desigual? O que faria com que uma política devesse ser considerada em confronto desigual frente a uma outra? Não é fácil responder; foi fácil quando se pensava que a política se resumia ao confronto burguesia contra proletariado. Em alguns casos, o proletariado era mais ou menos forte, em outros a burguesia era mais ou menos forte, a gente se enfrentava para saber quem iria se apoderar do Estado. Mas, se não contarmos mais com esta visão das coisas, a questão do critério da força política será um critério interno; não será um critério que põe esta força política em correlação com outras forças externas a ela mesma. Mesmo no caso de vinte e cinco militantes que empreendem alguma coisa em algum lugar, não os consideraria em situação desigual com relação às forças da burguesia, isso nada quer dizer. Melhor não raciocinar nesses termos. Já é uma boa coisa que a política possa existir, que ela exista em seu lugar, em seu sistema de enunciados. Desejamos todos que ela exista com um desdobramento máximo de suas capacidades. Se alguém é fiel a um processo, deseja que esse processo se desenvolva.

Quanto à questão de saber em que momento e em que condições ela pode e deve assumir formas de afrontamento, talvez impostas pelo adversário, é uma questão que se põe no concreto. Não é uma questão de princípio. Sobre esta questão o maoísmo refletiu longamente. O próprio Mao meditou longamente sobre o fato de que suas forças, em determinado momento, eram incomensuravelmente mais fracas que as forças do adversário. A questão de saber como dar andamento a uma política quando na aparência a relação de forças é desigual é uma questão central no maoísmo; o que, aliás, foi origem de uma série de categorias tais como

"retirada estratégica", caráter local de uma eventual ofensiva, trajetória especial no espaço político geral, por conseguinte, existe uma rica experiência nesse setor. O problema vem a ser assegurar a própria identidade qualquer que seja a variedade das circunstâncias, e o tipo de dificuldade imposto nem sempre pelo adversário, mas pelas outras políticas. Podemos falar de forças burguesas, mas nada adianta chamá-las assim, finalmente.

Uma palavra sobre a psicanálise

Pessoalmente, estou longe de considerar que psicanálise e política se confundem, mas, se procurássemos formular algo analogicamente ou metaforicamente, diríamos que a necessidade de organização em psicanálise é uma necessidade que deverá ser medida em função dos objetivos que ela almeja em termos de enunciado, isto é, em termos de saber, finalmente. Não há uma razão maior que faça com que os psicanalistas estejam organizados a não ser a questão da forma como se organiza a transmissibilidade do saber. Se adotarmos o método aqui preconizado, teremos que indagar sobre os processos de transmissão do saber efetivamente ligados ou enraizados na prática e na teoria psicanalíticas. Há, na minha opinião, dois registros essenciais: 1º tudo que gravita em torno do dispositivo do passe; 2º tudo que diz respeito ao cartel de trabalho. Haverá, assim, processos do tipo cartel e do tipo passe. Não vejo outros. Assim, chegar a uma decisão, em se tratando de fórmula organizacional, equivale a buscar os meios favoreçam o mais amplo desdobramento possível desses dois tipos de processo de maneira a contar com enunciados, talvez matemáticos, transportados/transmitidos por esses dois tipos de processo.